O mercado formal de trabalho no RS e em suas regiões, na década de 90*

Sheila S. Wagner Sternberg**

presente artigo, que traz uma sistematização de dados a respeito da evolução do emprego formal e dos atributos dos trabalhadores formais no Rio Grande do Sul e em suas regiões na década de 90, dá continuidade à apresentação dos resultados do projeto Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: Manifestações da Reestruturação Produtiva¹, que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE.² Os resultados aqui apresentados fazem parte do relatório parcial do referido projeto, concluído em janeiro de 2002.

O tratamento analítico, que compreende o período 1989-99, é feito a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que fornece informações sobre o emprego formal em 31 de dezembro de cada ano. Ainda que restrita ao mercado formal de trabalho, essa base apresenta informações bastante detalhadas sobre essa parcela de trabalhadores, contemplando classificações setoriais, atributos dos trabalhadores, rendimento, dentre outros. Além disso, é preciso destacar que, até que se encontrem disponíveis os dados do Censo 2000, trata-se da única fonte com dados municipalizados, capazes de permitirem a apreensão da dinâmica dos mercados regionais de trabalho na década de 90.

Ainda que reconhecendo a riqueza e importância dos dados da RAIS, é preciso que se façam alguns comentários a respeito de suas limitações. Conforme adverte o Ministério do Trabalho e Emprego, essa base é constituída por registros

^{*} Este artigo foi recentemente apresentado no 1º Encontro de Economia Gaúcha, evento promovido em conjunto pela PUCRS e pela FEE e realizado nos dias 16 e 17 de maio de 2002, em Porto Alegre.

^{**} Engenheira Química da FEE.

A autora agradece e compartilha a autoria do texto com os demais integrantes do NET-FEE. Ao estagiário Pedro H. Preussler e ao bolsista Juan M. Rivera, o reconhecimento pela colaboração na pesquisa.

O referido projeto é financiado pela FAPERGS e conta com a participação de pesquisadores da UFRGS e da UCS.

² Resultados parciais dessa pesquisa já propiciaram a elaboração de diversos artigos, publicados em números anteriores desta revista, dentre os quais citamos: Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000), Sternberg (2000), Xavier Sobrinho, Sternberg e Jornada (2000), Bastos (2000), Jornada (2001), Bastos (2002) e Jornada (2002).

administrativos e, por isso, passíveis de apresentarem erros decorrentes, especialmente, do fato de as informações oriundas das empresas respondentes não sofrerem crítica. Muitos dos erros existentes na base devem-se ao preenchimento incorreto e/ou à omissão de campos dos formulários, especialmente no caso de municípios menores e de alguns setores e subsetores da economia. Evidentemente, quanto mais desagregada a informação que se busca na base, maior é a margem de erro, o que recomenda cautela na utilização desses dados.

Destaca-se que na análise empreendida utilizaram-se registros administrativos com certo grau de desagregação — emprego nos municípios que compõem cada Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), por setores de atividade, dados estes abertos segundo os atributos dos trabalhadores — e, portanto, como dito acima, passíveis de apresentarem imprecisões.

O texto está organizado em duas seções, além da conclusão. Na primeira, trata-se do emprego estadual, enfocando a distribuição nos principais setores de atividade e os atributos dos trabalhadores. Na segunda, analisam-se os mesmos aspectos, tendo como base os 22 Coredes nos quais o Estado se subdivide. Na conclusão, são apontadas as principais evidências sobre o comportamento do mercado formal de trabalho no RS e em suas regiões.

1 - Evolução do emprego formal no RS

O emprego formal no RS experimentou, ao longo da década de 90, uma retração de 3,4%, pela supressão de pouco mais de 64 mil postos de trabalho, o que fez com que o contingente de trabalhadores formais passasse de, aproximadamente, 1.879 mil trabalhadores em 1989 para cerca de 1.815 mil em 1999.

Entre 1989 e 1991 registrou-se a maior queda do período (em torno de -10%), atingindo-se, neste último ano, o menor número de empregados formais de toda a série, com um contingente pouco inferior a 1.700 mil de trabalhadores, que se manteve praticamente inalterado até 1992. O reaquecimento da atividade econômica entre a metade de 1992 e 1994 provocou uma recuperação do nível de emprego, insuficiente, no entanto, para recuperar o patamar de 1989. Entre 1993 e 1994 houve novo recuo do emprego, cerca de -3%. A partir de 1995, o emprego cresceu continuamente sem, contudo, atingir, até 1999, o patamar do início da década (Tabela 1).

Setorialmente³, a indústria de transformação foi o setor mais atingido pelos cortes do período, com a eliminação de cerca de 107 mil postos de trabalho, o que representou uma retração da ordem de 18% em seu nível de emprego.

No comércio, em serviços e na administração pública, apesar da queda do nível de emprego verificada no início da década, o saldo líquido, ao final do período, contrariamente ao verificado para o agregado estadual, foi de aumento do contingente formalmente empregado, com percentuais de 4,6%, 3,5% e 5,9%, respectivamente, no período 1989-99 (Tabela 1).

As diferentes performances do emprego nos principais setores de atividade fizeram com que, ao final do período, se atingisse uma nova configuração no mercado de trabalho estadual. A indústria de transformação, que, em 1989, respondia pela maior parcela do emprego formal do RS — cerca de 31% —, em 1999, perdeu essa condição para o setor serviços, que passou a deter o maior peso relativo na estrutura do emprego estadual — cerca de 28% contra os 26,5% da indústria de transformação. A administração pública e o comércio, por sua vez, ainda que tenham aumentado sua participação no emprego estadual, passando de cerca de 18% para 20%, no primeiro caso, e de aproximadamente 15,5% para 17%, no outro, mantiveram-se nas mesmas posições relativas do início do período, ocupando, respectivamente, a terceira e a quarta posição (Tabela 2).

Ao se considerar a participação de homens e mulheres no emprego formal do Rio Grande do Sul ao longo da década de 90, constata-se que a participação masculina foi sempre majoritária. Entretanto a melhor evolução do contingente feminino frente ao masculino — o primeiro registrou crescimento de 4,5%, enquanto o outro experimentou recuo de 8,4% — fez com que houvesse um avanço na participação feminina no mercado formal, que passou de 38,6% em 1989 para 41,8% em 1999 (Tabela 3).

Também sob o enfoque setorial, verifica-se, na maior parte dos casos, a melhor evolução do contingente feminino, que se expressa, ao final do período, em um aumento da participação das mulheres no emprego. Nos principais setores de atividade analisados — indústria de transformação, administração pública, comércio e serviços —, a exceção fica por conta da indústria de transformação, em que a redução do emprego foi mais intensa para as mulheres do que para os homens, registrando, no período, uma variação de -20,8% para elas e de -16,8% para eles, o que fez com que, em 1999, a participação feminina fosse pouco inferior à registrada em 1989 (34,6% contra 33,5% respectivamente).

³ Analisa-se o comportamento do emprego formal apenas na indústria de transformação, no comércio, em serviços e na administração pública, setores mais importantes na estrutura do emprego no RS e que detiveram, em conjunto, ao longo de todo o período analisado, cerca de 90% dos trabalhadores formais do Estado.

Tabela 1

Evolução e total do emprego formal, por setores de atividade selecionados, no RS — 1989-99

DISCRIMINAÇÃO	1989	1990		1991	1992
Indústria de transfor-		The Property of the Control of the C	* .		
mação	586 977	507 207	4	76 486	482 386
Comércio	291 628	268 983	2	45 002	234 323
Serviços	488 187	466 720	4.	47 502	436 514
Administração pública	343 604	337 072	3:	26 436	322 935
Total do emprego					
formal	1 879 537	1 768 986	1 6	90 546	1 693 192
~					
DISCRIMINAÇÃO	1993	1994		1995	1996
Indústria de transfor-					1 1
mação	504 940	512 662	4	78 693	477 778
Comércio	239 582	278 401	20	68 601	262 694
Serviços	440 520	417 664	4	70 071	471 754
Administração pública	79 007	340 736	33	30 336	354 515
Total do emprego					
formal	1 773 302	1 784 909	1 72	29 168	1 735 796
DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO \ %
Indústria de transfor-					
mação	463 716	454 168	480 281	-106 696	-18,2
Comércio	279 980	287 844	305 107	13 479	4,6
Serviços	491 199		505 122	16 935	3,5
Administração pública	352 033	364 676	363 722	20 118	5,9
Total do emprego formal		1 784 313 1		-64 308	-3,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999.

Tabela 2

Evolução da participação percentual dos principais setores de atividade no emprego formal total do RS — 1989-99

SETORES	1989	1990	19	91	1992	1993
Indústria de transfor-				•		
mação	31,2	28,7	28,	2	28,5	28,5
Comércio	15,5	15,2	14,	5	13,8	13,5
Serviços	26,0	26,4	26,	5	25,8	24,8
Administração pública	18,3	19,1	19,	3	19,1	19,1
SETORES	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Indústria de transfor-						
mação	28,7	27,7	27,5	26,3	25,5	26,5
Comércio	15,6	15,5	15,1	15,9	16,1	16,8
Serviços	23,4	27,2	27,2	27,9	28,4	27,8
Administração pública	19,1	19,1	20,4	20,0	20,4	20,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999.

Ainda que, na quase-totalidade dos setores, se tenha registrado expansão da participação feminina no emprego, persiste, ao final do período, o predomínio masculino. Apenas na administração pública o contingente masculino é inferior ao feminino, ressaltando-se, contudo, que nesse setor, desde o início da série, se registrou preponderância das mulheres (Tabela 3).

No que diz respeito à distribuição etária dos trabalhadores, verificam-se, no período 1989-99, alterações importantes que apontam no sentido do "envelhecimento" do pessoal formalmente empregado — a idade média⁴ dos trabalhadores avançou de 32,7 anos para 35,3 anos no período analisado (Tabela 4).

⁴ A idade média é calculada através da média ponderada, que considera o ponto médio de cada intervalo etário e o seu peso relativo no total do emprego.

Tabela 3

Variação do emprego formal, por sexo, e evolução da participação de homens e mulheres em setores de atividade selecionados e no total do emprego formal, no RS — 1989 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	Δ% 1999	PARTICIP	AÇÃO %
DISCHIMINAÇÃO	1989	1989	1999
Homens	-8,4	61,4	58,2
Indústria de transformação	-16,8	65,4	66,5
Comércio	1,8	62,2	60,5
Serviços	-11,9	, 61,4	52,3
Administração pública	-5,0	45,0	40,4
Mulheres	4,5	38,6	41,8
ndústria de transformação	-20,8	34,6	33,5
Comércio	9,3	37,8	39,5
Serviços	27,9	38,6	47,7
Administração pública	14,7	55,0	59,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999.

A evolução do número de trabalhadores por faixas etárias mostra que, somente nos estratos acima de 30 anos, houve crescimento absoluto, pela incorporação, em conjunto, de pouco menos de 143 mil trabalhadores. As faixas inferiores (10 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos) tiveram, na sua totalidade, uma redução de cerca de 195 mil trabalhadores. Os maiores recuos foram nas faixas de 10 a 17 anos — em que foram eliminados cerca de 75 mil postos de trabalho, uma variação de, aproximadamente, -64% — e na de 18 a 24 anos, que perdeu pouco mais de 70 mil vagas (variação de -17,5%). A faixa de 25 a 29 anos teve uma redução menor em seu contingente de trabalhadores — uma variação da ordem de -15% ou cerca de 499 mil postos (Tabela 4).

Tabela 4

Variação percentual do número de trabalhadores, por faixa etária, e evolução da idade média dos trabalhadores em setores de atividade selecionados e no total do emprego formal do RS — 1989-99

DISCRIMINAÇÃO	10 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS
Indústria de transformação	-67,1	-24,6	-18,8	-1,1
Comércio	-60,3	3,6	6,6	24,3
Serviços	-55,5	-11,4	-13,1	4,0
Administração pública	-86,2	-55,9	-31,2	9,2
Total do emprego formal	-64,1	-17,5	-14,9	5,6

DISCRIMINAÇÃO	40 A 49 ANOS	50 A 64 ANOS	65 ANOS OU MAIS	IDADE	MÉDIA
				1989	1999
Indústria de transformação	4,0	-19,4	0,1	30,4	32,5
Comércio	33,5	8,3	51,9	29,2	31,2
Serviços	40,7	26,4	67,6	33,5	35,9
Administração pública	26,2	44,4	75,6	17,9	40,9
Total do emprego formal	25,7	17,1	58,5	32,7	35,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999.

Os diferentes sentido e intensidade do movimento do emprego em cada uma das faixas etárias fizeram com que, ao final do período, se alterasse o peso de cada uma delas no total do emprego. As faixas etárias acima de 30 anos tiveram incremento em sua participação, o maior deles registrado na de 40 a 49 anos, que passou de 16,9% em 1989 para 22,0% em 1999. Ainda assim, a faixa de 30 a 39 anos foi a que, ao longo de todo o período, deteve a maior participação — 28,5% em 1989 e 31,2% em 1999. As faixas de 10 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos reduziram sua participação em cerca de quatro, três e dois pontos percentuais, respectivamente, chegando em 1999 com participação, no total do emprego, da ordem de 2% para a primeira, 19% para a segunda e 15% para a última (Tabela 5).

A tendência geral de aumento da participação de trabalhadores de idade mais avançada e de elevação de sua média etária está também presente quando se analisa a evolução do emprego, por faixa etária, nos principais setores de atividade (Tabelas 4 e 5).

Tabela 5

Distribuição percentual dos trabalhadores formais por faixa etária, em setores selecionados e no total do emprego formal, no RS — 1989 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS		25 A 29 ANOS		30 A 39 ANOS	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Indústria de transformação	10,1	4,1	26,7	24,6	17,8	17,7	25,1	30,3
Comércio	10,9	4,1	30,7	30,4	18,6	19,0	22,4	26,7
Serviços	3,3	1,4	19,8	16,9	18,7	15,7	31,5	31,6
Administração pública	0,2	0,0	9,4	3,9	14,7	9,6	34,8	35,9
Total do emprego formal	6,2	2,3	21,7	18,5	17,5	15,4	28,5	31,2

DISCRIMINAÇÃO	40 A 49 ANOS		50 A 64 ANOS		65 ANOS OU MAIS	
·	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Indústria de transformação	13,3	16,9	6,1	6,0	0,3	0,3
Comércio	10,8	13,7	5,4	5,6	0,3	0,5
Serviços	17,0	23,1	8,5	10,3	0,5	0,9
Administração pública	27,8	33,2	11,9	16,2	0,7	1,2
Total do emprego formal	16,9	22,0	8,1	9,8	0,5	0,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS— RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999. Na indústria de transformação, todos os grupos etários, com exceção da faixa de 40 a 49 anos, apresentaram diminuição de contingente empregado, que foi mais intensa nos estratos mais jovens (até 24 anos). Ao final do período, as faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos evidenciaram incremento em sua participação; as faixas de 25 a 29 anos e de 50 a 64 anos mantiveram participação praticamente constante, enquanto as faixas de 10 a 17 anos e de 18 a 24 anos experimentaram queda em sua participação. Nesse setor, a idade média dos empregados formais avançou de 30,4 anos em 1989 para 32,5 anos em 1999.

No comércio, excetuando-se o grupo de trabalhadores de 10 a 17 anos, que teve recuo de aproximadamente 60% em seu efetivo (cerca de 19 mil trabalhadores), todos os demais grupos etários registraram ampliação de contingente. Em termos absolutos, o crescimento mais expressivo ocorreu na faixa de 30 a 39 anos (cerca de 16 mil trabalhadores), seguida pela de 40 a 49 anos (10,5 mil trabalhadores), ficando a maior variação percentual para a faixa de trabalhadores com mais de 65 anos, que tiveram acréscimo de cerca de 52% em seu contingente. Ao final do período, apenas as faixas de 25 a 39 anos, que persistiam como as de maior peso no emprego do setor, e a de 40 a 49 anos haviam ganho participação, respondendo por cerca de 27% e 14%, respectivamente, do emprego total do setor. As faixas de 18 a 24 anos, de 25 a 29 anos, de 50 a 64 anos e de mais de 65 anos mantiveram participação praticamente estável, enquanto a de 10 a 17 anos perdeu participação. Nesse setor, a idade média dos trabalhadores passou de 29,2 anos em 1989 para 31,2 em 1999.

Em serviços e na administração pública, o movimento do emprego nas faixas etárias teve comportamento semelhante: retração nas faixas inferiores (10 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos) e crescimento nas demais. Resulta desse movimento um acréscimo significativo da participação relativa, tanto em serviços como na administração pública, apenas dos estratos de 40 a 49 anos e de 50 a 64 anos. A faixa de 30 a 39 anos, ainda que com participação praticamente estabilizada no período, continuava, nos dois setores, a deter a maior parcela de trabalhadores. Também nesses setores, houve elevação da idade média dos trabalhadores, que passou de 33,5 anos para 35,9 anos em serviços e de 37,9 para 40,1 na administração pública.

Quanto à evolução da escolaridade dos trabalhadores formais, de acordo com os dados da Tabela 6, constata-se que, entre 1989 e 1999, houve uma elevação no número médio de anos de estudo dos trabalhadores,⁵ que passou de 7,5 anos no início do período para 8,8 anos em 1999, indicando que, em

O número de anos médios de estudo é calculado através da média ponderada, que considera o ponto médio, em anos de estudo, correspondente a cada uma das faixas de escolaridade e o seu peso relativo na estrutura do emprego.

média, os trabalhadores formais já ultrapassaram, pelo menos, a barreira do ensino fundamental completo, que é de oito anos (Tabela 6).

Também ao se considerarem os principais setores de atividade, observa--se que, em todos eles, houve melhoria no nível de escolaridade dos trabalhadores. Na indústria de transformação, setor que contou sempre com os trabalhadores menos escolarizados, em que pese o aumento do número médio de anos de estudo, em 1999, o nível de escolaridade médio dos trabalhadores ainda ficava abaixo do ensino fundamental completo (7,4 anos). No comércio, a elevação da escolaridade fez com que o número médio de anos de estudo passasse de 7,5 anos em 1989 para 8,7 anos em 1999, superando, portanto, ao final do período, o ensino fundamental completo. Os trabalhadores do setor serviços e da administração pública, que, já no início do período, ostentavam escolaridade média superior ao ensino fundamental completo — 8,2 e 10,2 anos de estudo respectivamente --, mostraram, em 1999, elevação de seu nível médio de escolaridade, atingindo 9,6 e 10,9 anos de estudo respectivamente. Destaque--se que a administração pública foi o setor que, ao longo de todo o período, apresentou o melhor nível de escolaridade e que, além disso, em 1999, o número médio de anos de estudo dos trabalhadores desse setor indicava que, em média, sua escolaridade se aproximava bastante da conclusão do ensino médio, o que equivale a 11 anos de estudo.

Ao se tratar da distribuição dos trabalhadores por níveis de escolaridade (Tabelas 6 e 7), observa-se que apenas os trabalhadores com até o ensino fundamental completo experimentaram redução de seu contingente — cerca de 290 mil postos, uma variação de -30,4% —, enquanto todos os demais registraram acréscimo. Os trabalhadores com ensino médio completo até superior incompleto foram os que registraram o maior crescimento, pela incorporação de cerca de 132 mil trabalhadores (41,6%). Ao final do período, apesar do aumento da participação dos trabalhadores com melhores níveis de escolaridade, aqueles que não haviam concluído o ensino fundamental ainda detinham participação de cerca de 37%, a maior dentre todas as faixas analisadas, em que pese a redução de 14 pontos percentuais em relação a 1989.

Nos principais setores de atividade (indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública), o movimento do emprego, por faixa de escolaridade, seguiu o comportamento do agregado, mostrando retração apenas no estrato com escolaridade até o ensino fundamental incompleto. Dentre os setores considerados, a maior retração no contingente dos menos escolarizados foi na indústria de transformação (cerca de -39%), que fez com que a participação desse grupo tivesse um recuo da ordem de 18 pontos percentuais, passando de, aproximadamente, 71% em 1989 para 53% em 1999. Nesse setor, apesar da sensível melhoria da escolaridade, o grupo dos trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental persiste majoritário.

Tabela 6

Variação percentual do número de trabalhadores, por níveis de escolaridade, e evolução do número de anos médios de estudo em setores de atividade selecionados e no total do emprego formal do RS — 1989-99

DISCRIMINAÇÃO	SEM INSTRUÇÃO ATÉ FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUNDAMENTAL COMPLETO ATÉ MÉDIO INCOMPLETO	MÉDIO COMPLETO ATÉ SUPERIOR INCOMPLETO
Indústria de transfor-			
mação	-39,3	32,4	61,0
Comércio	-34,6	18,5	88,4
Serviços	-29,4	19,7	36,6
Administração pública	-18,9	6,3	21,9
Total do emprego			
formal	-30,4	18,9	41,6

DICCDIMINAÇÃO	SUPERIOR COMPLETO	ANOS MÉDIOS DE ESTUDO		
DISCRIMINAÇÃO	OU MAIS	1989	1999	
Indústria de transfor- mação	9,3	5,9	7,4	
Comércio	43,9	7,5	8,7	
Serviços	41,3	8,2	9,6	
Administração pública	16,8	10,2	10,9	
Total do emprego formal	22,9	7,5	8,8	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999.

Tabela 7

Total do emprego formal

Distribuição percentual dos trabalhadores formais, por níveis de escolaridade, em setores de atividade selecionados e no total do emprego formal do RS — 1989 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	SEM INSTRUÇÃO ATÉ FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO ATÉ MÉDIO INCOMPLETO		
•	1989	1999	1989	1999	
Indústria de transformação	71,2	52,8	17,3	27,9	
Comércio	45,2	28,3	35,0	39,6	
Serviços	42,0	28,7	23,5	27,2	
Administração pública	27,4	21,0	16,7	16,8	
Total do emprego formal	51,0	36,8	21,7	26,7	
DISCRIMINAÇÃO	ATÉ SU	OMPLETO PERIOR IPLETO		COMPLETO MAIS	
DISCRIMINAÇÃO	ATÉ SU	PERIOR			
DISCRIMINAÇÃO Indústria de transformação	ATÉ SU INCOM	PERIOR IPLETO	OU	MAIS	
	ATÉ SU INCOM 1989	PERIOR IPLETO 1999	OU 1989	MAIS 1999	
Indústria de transformação	ATÉ SU INCOM 1989 8,3	PERIOR IPLETO 1999 16,4	1989 2,2	1999 2,9	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-99.

24,7

11,8

9,3

16,8

2 - Evolução do emprego formal nos Coredes

A análise da evolução do emprego formal nos Coredes, ao longo da década de 90, mostra, em linhas gerais, que suas trajetórias foram bastante próximas daquela do agregado estadual. Entretanto os resultados líquidos das variações do emprego formal observados em cada Corede apresentam diferenciações importantes, permitindo se identificarem dois grupos, de acordo com o sentido da variação de emprego.

Sete regiões — Campanha, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Sul e Vale do Rio dos Sinos — tiveram diminuição do emprego formal. Dentre estas, apenas no Corede Missões a variação negativa do emprego formal foi inferior à do total do Estado (-1,8%), o que configura, em termos relativos, uma performance favorável dentro do quadro geral do Estado. Nos demais Coredes desse grupo, a redução do emprego foi proporcionalmente maior do que a do agregado estadual, oscilando entre -6,7% no Fronteira Oeste até -24,7% no Centro-Sul (Tabela 8).

Tabela 8

Variação percentual do emprego formal, por setores econômicos, nos

Coredes com queda no emprego, no RS — 1989-99

COREDES	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO	TOTAL
Campanha	191,3	-18,7	-20,4	-14,9
Centro-Sul	318,5	-52,1	-14,1	-24,7
Fronteira Oeste	366,2	-36,0	-13,2	-6,7
Metropolitano Delta do Jacuí	68,4	-28,8	-1,3	-9,2
Missões	409,4	-3,9	-1,8	-1,8
Sul	38,4	-39,5	-8,8	-19,5
Vale do Rio dos Sinos	115,1	-25,0	17,1	-11,5

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho, 1989-1999.

Nesse grupo de Coredes com retração do emprego, destaca-se a presença dos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Sul por sua elevada participação no emprego estadual (57,5%, em 1989). Em conjunto, neles foram eliminados praticamente 119 mil postos de trabalho, o equivalente a cerca de 91% da perda acumulada das sete regiões em que o emprego diminuiu. O Metropolitano Delta do Jacuí foi o Corede que registrou a maior perda absoluta de postos de trabalho, cerca de 53 mil entre 1989 e 1999.

Em relação ao comportamento setorial do emprego nesses Coredes, constata-se que, em todos eles — como ocorre na totalidade dos Coredes —, houve aumento dos trabalhadores do Setor Primário. O Setor Secundário experimentou retração em todas essas regiões, enquanto, no Terciário, apenas uma região — o Corede Vale do Rio dos Sinos — apresentou expansão do emprego. Com exceção do Corede Campanha, as perdas do Secundário superaram as do Terciário, com diferenciais, em geral, bastante acentuados.

A distribuição setorial do emprego nesse grupo de Coredes mostrava, ao final do período, manutenção da situação de 1989: em seis deles, a maior parte dos trabalhadores permanecia no Terciário, e, apenas no Vale do Rio dos Sinos, a maior concentração de trabalhadores estava no Secundário, em que pese a forte retração do emprego experimentada nesse setor.

Os demais 15 Coredes — Alto Jacuí, Central, Fronteira Noroeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana, Produção, Serra, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari — tiveram evolução positiva do emprego (Tabela 9). Contudo é preciso salientar que, ainda que esse grupo seja numericamente superior ao anterior, a sua participação no emprego estadual, no final do período analisado, era de, aproximadamente, 40%. Assim, o acréscimo de pouco mais de 90 mil postos de trabalho nesse conjunto de Coredes, o que representou uma variação de cerca de 14% no total do emprego desse grupo, não foi suficiente para compensar as importantes perdas assinaladas no grupo anterior, fazendo com que o saldo líquido, para o total do Estado, fosse de retração de 3,4% do contingente formalmente empregado, conforme apresentado na seção anterior.

Nesse grupo de Coredes, destaca-se o Serra, que, além de sua elevada participação no emprego estadual (cerca de 10%, em 1999), apresentou o maior acréscimo absoluto de postos de trabalho — cerca de 13 mil. Também no Litoral e no Paranhana, os acréscimos absolutos foram importantes, registrando 12,7 mil no primeiro e 10,8 mil no último. A maior variação percentual do emprego foi registrada pelo Corede Litoral, com 53,04%.

A distribuição setorial do emprego nos Coredes desse grupo, tanto no início como no final do período analisado, mostra que, na maior parte deles, o Terciário respondia pela maior parcela de trabalhadores. Em cinco Coredes — Hortênsias, Paranhana, Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari —, havia predomínio do Setor Secundário⁶, com destaque para a indústria de transformação.

Tabela 9

Variação percentual do emprego formal, por setor de atividade, nos Coredes com crescimento do emprego, no RS — 1989-99

COREDES	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO	TOTAL
Alto Jacuí	243,9	-4,8	16,0	16,5
Central	275,9	22,5	-0,7	5,5
Fronteira Noroeste	73,1	26,4	6,7	11,6
Hortênsias	358,9	-20,5	36,7	2,9
Litoral	670,6	32,9	62,6	53,0
Médio Alto Uruguai	141,3	126,3	41,3	49,5
Nordeste	162,2	-10,1	-3,6	6,9
Noroeste Colonial	150,0	-8,1	5,5	1,6
Norte	318,9	68,0	27,4	42,3
Paranhana — Encosta da Serra	792,0	20,7	77,8	31,0
Produção	141,8	29,8	11,6	15,9
Serra	101,7	-5,8	34,4	7,8
Vale do Caí	237,4	39,1	50,8	42,4
Vale do Rio Pardo	263,4	2,5	17,6	10,2
Vale do Taquari	8,0	9,7	12,8	9,3

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho, 1989-1999.

⁶No Corede Hortênsias, ao final do período, o Secundário e o Terciário tinham, praticamente, o mesmo peso no emprego da região: 47,6% e 47,5% respectivamente.

Esses 15 Coredes que acusaram crescimento do emprego apresentaram, em nove casos (Fronteira Noroeste, Litoral, Médio Alto Uruguai, Norte, Paranhana, Produção, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari), variação positiva nos três agregados — Primário, Secundário e Terciário. Das demais regiões, quatro (Alto Jacuí, Hortênsias, Noroeste Colonial e Serra) sofreram diminuição do número de postos apenas no Setor Secundário, uma (Nordeste) teve retração no Secundário e no Terciário, e outra, o Corede Central, mostrou ampliação do emprego no Secundário e quase estabilidade no Terciário.

As diferentes trajetórias regionais provocaram algumas mudanças nas participações dos Coredes no total do emprego estadual (Tabela 10). As maiores alterações aparecem nos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí, Sul, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Os três primeiros tiveram suas participações reduzidas em 2,2, 1,0 e 1,2 pontos percentuais, respectivamente, enquanto o último acresceu a sua participação em 1,2 ponto percentual. Nos demais Coredes, a variação não chegou a atingir um ponto percentual. Há que considerar que, dado o pequeno peso relativo que muitos dos Coredes ostentam no total do emprego gaúcho, uma oscilação em sua taxa de participação, muitas vezes, tem pouca relevância no agregado do Estado, mas adquire considerável impacto no âmbito regional.

De forma geral, não ocorreram alterações significativas nas posições relativas dos Coredes no intervalo de tempo considerado. Os cinco primeiros Coredes do *ranking* de 1989 (Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra, Sul e Central) conservaram, em 1999, as mesmas posições, ainda que, em conjunto, tenham reduzido a sua participação no emprego total do Estado, passando de cerca de 70% para 67%. De forma análoga, os Coredes que, em 1989, menor expressão possuíam no emprego formal gaúcho — Alto Jacuí, Nordeste e Médio Alto Uruguai — se mantiveram nessa mesma situação ao final de 1999.

Nas demais regiões, que ocupavam posições intermediárias, em alguns casos, o reordenamento é mais perceptível: alguns Coredes ascenderam vários níveis na hierarquia, com a consequente regressão de outros.

Tabela 10

Evolução da participação percentual dos Coredes no total do emprego formal do RS — 1989 e 1999

COREDES	1989	1999
Alto Jacuí	1,1	1,2
Campanha	1,6	1,4
Central	3,8	3,9
Centro-Sul	1,6	1,3
Fronteira Noroeste	1,2	1,4
Fronteira Oeste	3,5	3,3
Hortênsias	1,2	1,3
Litoral	1,3	2,0
Médio Alto Uruguai	0,4	0,7
Metropolitano Delta do Jacuĺ	36,3	34,1
Missões	1,3	1,3
Nordeste	1,0	1,1
Noroeste Colonial	1,9	2,0
Norte	1,2	1,8
Paranhana — Encosta da Serra	1,9	2,5
Produção	3,2	3,8
Serra	8,8	10,0
Sul	6,9	5,7
Vale do Caí	1,1	1,7
Vale do Rio dos Sinos	14,3	13,3
Vale do Rio Pardo	2,5	2,8
Vale do Taquari	3,0	3,5
Ignorado	1,0	0,0
TOTAL DO RS	100,0	100,0

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho, 1989-1999.

Ao se analisar a distribuição do emprego formal por sexo, ao longo da década de 90, nos Coredes (Tabela 11), verifica-se que, assim como observado para o agregado do RS, a participação masculina foi preponderante. No início do período, destacavam-se os Coredes Centro-Sul (69,4% de homens) e Metropolitano Delta do Jacuí (57,4% de homens) como sendo os de maior e menor participação masculina respectivamente. Em 1999, o Metropolitano Delta do Jacuí mantinha-se como a região de menor participação masculina (54,3%), enquanto o Fronteira Oeste passou a deter a maior concentração masculina, com 66,2%.

Repetindo também o comportamento do agregado estadual, em todas as regiões houve uma melhor evolução do contingente feminino frente ao masculino, o que fez com que, ao final do período, a participação feminina marcasse crescimento em todas elas. O Corede Centro-Sul foi o que registrou o maior avanço da participação feminina, que passou de 30,6% em 1989 para 38,8% em 1999, enquanto o menor avanço ficou no Fronteira Oeste, em que a participação feminina passou de 33,1% para 33,8% no período considerado.

Nos principais setores de atividades, é possível observar evoluções distintas no emprego de homens e mulheres nas 22 regiões que compõem o Estado.

Na indústria de transformação, em 11 Coredes (Alto Jacuí, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Nordeste, Noroeste Colonial, Serra, Sul, Vale do Rio dos Sinos⁷ e Vale do Rio Pardo), assim como evidenciado para o congênere estadual, o emprego masculino teve melhor evolução do que o feminino, fazendo com que, ao final do período, nessas regiões, houvesse ampliação da participação masculina. Nos demais Coredes, o emprego masculino teve pior evolução do que o feminino, o que fez com que a participação dos homens, na indústria de transformação dessas regiões, sofresse declínio ao longo do período analisado.

No comércio, excetuando-se os Coredes Litoral e Serra, o melhor desempenho do emprego feminino frente ao masculino fez com que houvesse ampliação da participação das mulheres no emprego desse setor. O Corede Hortênsias foi o que apresentou maior ampliação da participação feminina no comércio, passando de 37,9% para 47,5% no período considerado.

Em serviços, a vantagem para o contingente feminino foi visível em todas as regiões. O Corede Missões foi o que evidenciou maior avanço da participação feminina (16,8 pontos), atingindo, em 1999, 56,5% do emprego do setor. No extremo oposto, estava o Corede Paranhana, em que a participação das mulheres passou de 45,9% para 48,4%, um acréscimo de apenas 2,5 pontos percentuais entre 1989 e 1999.

No Corede Vale do Rio dos Sinos, na indústria de transformação, a variação do contingente masculino foi muito próxima à do feminino, registrando -28,4% para eles e -28,8% para elas.

Tabela 11
Indicadores selecionados do emprego formal nos principais setores de atividade, por Corede, no RS — 1989 e 1999

	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO						
COREDES	Participação Masculina (%)		Anos Médios de Estudo		ldade Média		
-	1989	1999	1989	1999	1989	1999	
Alto Jacuí	79,6	80,2	5,6	6,9	30,9	33,5	
Campanha	80,0	76,5	5,7	6,8	33,0	36,6	
Central	82,4	77,3	5,8	6,7	33,1	33,8	
Centro-Sul	81,5	75,9	5,7	6,4	32,6	32,8	
Fronteira Noroeste	83,8	79,8	6,0	7,4	31,8	32,3	
Fronteira Oeste	72,9	84,0	5,3	6,6	36,1	36,4	
Hortênsias	60,7	65,8	4,7	5,6	28,8	31,7	
Litoral	57,0	61,6	4,5	5,7	27,5	31,5	
Médio Alto Uruguai	80,2	78,0	5,7	6,8	31,3	32,2	
Metropolitano Delta do Jacuí	70,8	71,2	6,5	8,2	33,0	35,0	
Missões	83,4	82,4	5,6	6,8	32,5	33,6	
Nordeste	70,9	75,8	5,3	6,7	30,2	33,1	
Noroeste Colonial	78,6	78,7	5,6	7,1	30,3	32,6	
Norte	73,4	69,6	5,9	6,7	30,9	32,0	
Paranhana	57,9	57,5	4,5	5,5	28,1	30,8	
Produção	71,9	67,3	5,6	6,7	30,7	32,0	
Serra	63,1	66,5	5,7	6,9	30,3	32,9	
Sul	56,3	66,7	4,9	5,8	35,0	36,9	
Vale do Caí	60,4	55,7	5,1	5,8	29,1	30,9	
Vale do Rio dos Sinos	64,7	64,8	5,1	6,1	30,1	32,6	
Vale do Rio Pardo	59,2	66,3	5,7	7,0	31,3	33,5	
Vale do Taquari	59,1	58,3	5,0	5,9	28,8	31,1	

Tabela 11

Indicadores selecionados do emprego formal nos principais setores de atividade, por Corede, no RS — 1989 e 1999

	COMÉRCIO						
COREDES	Participação Masculina (%)		Anos Médios de Estudo		Idade Média		
·	1989	1999	1989	1999	1989	1999	
Alto Jacuí	67,3	66,8	6,8	7,9	29,9	33,1	
Campanha	64,0	63,6	7,0	8,4	31,4	32,5	
Central	65,7	62,5	7,2	8,2	30,9	32,7	
Centro-Sul	62,7	60,7	6,4	7,5	28,9	31,9	
Fronteira Noroeste	66,4	61,3	7,2	8,4	29,7	31,6	
Fronteira Oeste	65,0	63,7	7,0	8,1	30,7	32,2	
Hortênsias	62,1	52,5	5,7	7,3	28,5	30,8	
Litoral	60,0	60,1	5,9	7,5	26,9	30,2	
Médio Alto Uruguai	68,2	59,7	7,1	8,1	30,2	31,7	
Metropolitano Delta do Jacuí	60,5	59,7	6,9	8,3	29,8	31,6	
Missões	65,4	64,1	7,2	8,1	30,3	32,5	
Nordeste	66,5	62,3	7,1	8,1	29,3	32,0	
Noroeste Colonial	64,3	62,1	6,8	8,2	30,0	32,3	
Norte	64,9	60,6	7,4	8,2	29,4	31,8	
Paranhana	63,0	61,4	6,0	6,6	28,9	30,9	
Produção	64,7	60,9	7,2	8,3	29,7	30,9	
Serra	55,5	56,7	7,1	7,9	28,9	31,3	
Sul	61,3	59,4	6,1	7,9	31,0	34,1	
Vale do Caí	66,8	62,7	6,3	7,1	29,3	31,4	
Vale do Rio dos Sinos	62,5	61,6	6,1	7,4	28,7	31,2	
Vale do Rio Pardo	61,3	58,5	6,6	7,9	30,6	31,6	
Vale do Taquari	61,7	58,5	6,6	7,7	29,5	31,3	

Tabela 11

Indicadores selecionados do emprego formal nos principais setores de atividade, por Corede, no RS — 1989 e 1999

	SERVIÇOS					
COREDES	Participação Masculina (%)		Anos Médios de Estudo		ldade Média	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Alto Jacuí	61,5	46,7	8,0	10,2	33,1	37,5
Campanha	63,0	47,6	7,9	9,6	35,5	37,5
Central	63,6	48,9	7,6	9,2	34,0	36,5
Centro-Sul	64,3	49,3	5,6	7,5	36,0	36,9
Fronteira Noroeste	59,4	43,2	8,6	9,9	32,6	35,3
Fronteira Oeste	64,1	53,8	7,4	8,9	34,6	37,2
Hortênsias	60,9	50,3	6,5	7,6	31,2	33,9
Litoral	58,0	47,4	6,6	8,1	32,9	36,1
Médio Alto Uruguai	50,9	43,4	8,6	9,7	32,0	35,2
Metropolitano Delta do Jacuí	60,5	54,2	8,0	9,1	34,5	36,2
Missões	60,3	43,5	8,3	9,4	33,1	36,6
Nordeste	65,9	51,5	7,5	8,7	33,2	36,3
Noroeste Colonial	62,3	48,9	7,8	9,6	32,6	35,5
Norte	60,3	53,2	7,6	9,1	32,5	35,2
Paranhana	54,1	51,6	7,6	7,9	32,2	34,5
Produção	57,4	47,8	8,2	9,4	33,1	35,8
Serra	57,3	48,0	7,7	8,8	33,0	35,2
Sul	65,1	56,7	7,2	8,0	36,1	38,1
Vale do Caí	57,3	53,2	6,9	8,4	32,2	34,3
Vale do Rio dos Sinos	66,1	55,1	7,3	8,5	33,6	35,6
Vale do Rio Pardo	61,1	48,7	7,8	8,9	33,4	35,2
Vale do Taquari	58,9	45,3	8,6	8,5	33,2	34,8

Tabela 11

Indicadores selecionados do emprego formal nos principais setores de atividade, por Corede, no RS — 1989 e 1999

	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
COREDES	Participação Masculina (%)		Anos Médios de Estudo		Idade Média	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Alto Jacuí	46,1	41,5	7,5	9,2	37,4	40,8
Campanha	53,0	38,2	7,5	10,3	37,8	41,0
Central	58,6	41,5	8,8	10,6	36,7	38,9
Centro-Sul	38,8	37,0	7,5	8,0	37,4	39,5
Fronteira Noroeste	48,5	45,5	8,4	9,2	36,2	39,1
Fronteira Oeste	52,9	43,6	8,0	9,7	38,0	41,0
Hortênsias	54,8	44,1	7,1	8,6	37,4	38,2
Litoral	53,0	39,0	7,1	8,8	36,1	39,1
Médio Alto Uruguai	43,0	43,9	8,2	8,7	35,0	39,2
Metropolitano Delta do Jacuí	38,7	40,3	11,4	11,5	39,7	42,1
Missões	57,0	45,2	7,7	9,0	35,5	40,6
Nordeste	55,7	45,4	7,7	9,0	35,7	39,6
Noroeste Colonial	50,6	42,6	6,9	8,9	36,0	38,5
Norte	58,8	49,0	7,8	9,0	35,3	39,5
Paranhana	46,3	40,4	7,2	8,5	35,9	40,0
Produção	51,1	41,6	7,8	9,3	36,3	39,9
Serra	50,5	34,3	8,1	10,8	36,5	39,8
Sul	57,6	44,3	7,7	9,2	36,8	40,4
Vale do Caí	61,9	38,1	7,4	9,2	35,0	38,5
Vale do Rio dos Sinos	54,7	33,4	8,2	9,5	35,1	39,7
Vale do Rio Pardo	51,7	41,1	7,9	9,0	35,7	38,4
Vale do Taquari	47,0	38,3	7,3	9,5	37,6	38,3

Tabela 11

Indicadores selecionados do emprego formal nos principais setores de atividade, por Corede, no RS — 1989 e 1999

	TOTAL						
COREDES	Participação Masculina (%)		Anos Médios de Estudo		Idade Média		
	1989	1999	1989	1999	1989	1999	
Alto Jacuí	65,4	60,4	7,0	8,3	33,1	36,8	
Campanha	67,4	62,8	7,1	8,0	35,0	37,3	
Central	67,6	60,5	7,4	8,4	34,2	36,5	
Centro-Sul	69,4	61,2	6,3	7,0	34,7	36,0	
Fronteira Noroeste	67,7	63,0	7,3	8,3	32,2	34,4	
Fronteira Oeste	66,9	66,2	6,8	7,7	34,4	37,1	
Hortênsias	62,1	59,9	5,3	6,6	30,0	33,2	
Litoral	60,2	55,4	6,0	7,4	31,1	34,6	
Médio Alto Uruguai	57,9	56,7	7,6	8,3	32,4	35,6	
Metropolitano Delta do Jacuí	57,4	54,3	8,4	9,6	35,1	37,6	
Missões	66,1	59,7	7,3	8,2	32,8	36,1	
Nordeste	66,6	63,9	6,6	7,3	31,9	34,7	
Noroeste Colonial	66,6	60,5	6,7	8,2	32,2	35,1	
Norte	67,8	65,8	6,9	7,6	31,8	34,2	
Paranhana	58,0	56,4	5,0	6,1	28,9	32,1	
Produção	64,3	59,5	7,1	8,1	32,2	34,4	
Serra	60,9	59,8	6,4	7,7	31,1	33,9	
Sul	63,0	61,6	6,2	7,4	34,9	37,7	
Vale do Caí	62,1	56,4	5,8	6,8	30,4	32,6	
Vale do Rio dos Sinos	64,3	60,7	5,9	7,2	31,1	33,9	
Vale do Rio Pardo	60,7	58,7	6,6	7,8	32,4	34,7	
Vale do Taquari	59,9	55,7	6,1	7,0	30,8	32,9	

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho, 1989-1999.

Na administração pública, no período analisado, praticamente todas as regiões mostraram maior crescimento do emprego feminino frente ao masculino e, conseqüentemente, avanço da participação feminina no emprego desse setor. As exceções foram os Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Médio Alto Uruguai. No primeiro, o emprego feminino manteve-se praticamente estabilizado (variação de -0,6%), enquanto o masculino teve crescimento de 6,3%; na outra região, a variação dos contingentes masculino e feminino foi de 61,9% e de 56,2% respectivamente. Ainda assim, ao final do período, como já verificado para o congênere estadual, em todos os Coredes a participação feminina era majoritária.

Em relação à idade média dos trabalhadores formalmente empregados, verifica-se que, no início do período, na maior parte dos Coredes, ela era inferior à média estadual, que foi de 33,3 anos. Em apenas seis Coredes, a idade média dos trabalhadores superava a do agregado: no Metropolitano Delta do Jacuí, com média etária de 35,1 anos, a maior dentre todos os Coredes, praticamente a mesma do Corede Campanha (média de 35,0), seguidos pelo Sul, Centro-Sul, Fronteira Oeste e Central, nos quais a idade média dos trabalhadores era de 34,9 anos, 34,7 anos, 34,4 anos e 34,2 anos respectivamente. Dentre os demais Coredes, destaca-se o Corede Paranhana, que apresentou a menor média etária (28,9 anos). Além disso, a distribuição dos trabalhadores por faixas etárias, no ano de 1989, mostrava, em todas as regiões, predomínio de trabalhadores com idade superior a 25 anos, sendo que o estrato de 25 a 39 anos era o que detinha a maior concentração de trabalhadores em todos os Coredes.

Ao final do período, havia se elevado a idade média dos trabalhadores de todas as regiões, encontrando-se oito Coredes (Alto Jacuí, Missões, Sul, Fronteira Oeste, Campanha, Central, Metropolitano Delta do Jacuí e Centro-Sul) que superavam a média etária estadual (35,8 anos).

O Corede Alto Jacuí foi aquele em que mais aumentou a média etária dos trabalhadores, um acréscimo de 3,7 anos, que fez com que a idade média dos empregados formais passasse de 33,1 anos em 1989 para 36,8 anos em 1999. O Corede Centro-Sul, no qual a idade média dos trabalhadores formais passou de 34,7 anos em 1989 para 36,0 anos em 1999, acusou a menor variação dentre todos os Coredes (1,3 ano).

Os Coredes Sul e Metropolitano, ainda que tenham experimentado variações diferentes na idade média de seus trabalhadores — 2,8 e 2,5 anos respectivamente —, chegaram em 1999 num virtual empate, ostentando os trabalhadores com as maiores médias etárias do Estado: 37,7 anos no primeiro e 37,6 no outro. No extremo oposto, encontrava-se o Paranhana, que, apesar da elevação de 3,2 anos na média etária, contava, ainda, com os trabalhadores mais jovens, com idade média de 32,1 anos.

O movimento do emprego nos vários estratos etários, nos diferentes espaços regionais, foi caracterizado, em linhas gerais, pela expressiva supressão de

postos de trabalho nas faixas etárias até 24 anos, especialmente na de 10 a 17 anos⁸, e aumento nas acima de 25 anos⁹. Assim, ao final do período, quase na totalidade das regiões, registraram-se diminuição da participação das faixas etárias até 24 anos e aumento das demais.

Nos principais setores de atividade, observa-se também que, de modo geral, os estratos etários inferiores (até 24 anos) perderam participação, enquanto aqueles de idade mais avançada, especialmente os de 25 a 39 anos e de 40 a 49 anos, aumentaram a sua participação, constatando-se, ao final do período, elevação da idade média dos trabalhadores.

Na indústria de transformação, em 1989, o Corede Fronteira Oeste era o que ostentava a maior média etária de seus trabalhadores (36,1 anos), e o Litoral era o que contava com os de menor média etária (27,5 anos). Em 1999, a maior média era encontrada no Corede Sul (36,9 anos), ficando a menor média no Paranhana, com 30,8 anos.

No comércio, que contou sempre com os trabalhadores mais jovens, a média etária variou entre 26,9 anos no Litoral e 31,4 anos no Corede Campanha, em 1989, e entre 30,2 anos e 34,1 anos nos Coredes Litoral e Sul, respectivamente, em 1999.

Em serviços, em 1989, a média etária oscilou entre 31,2 anos no Corede Hortênsias e 36,1 anos no Sul. Em 1999, os mesmos Coredes concentravam os trabalhadores com a menor e a maior média etária, respectivamente, com valores de 34,2 anos para o primeiro e 38,8 para o último.

A administração pública, ao longo de todo o período, contou com os trabalhadores com as maiores médias etárias dentre os setores analisados. Em 1989, os Coredes Vale do Caí e Médio Alto Uruguai contavam com os trabalhadores de menor média etária desse setor — ambos com média de 35,0 anos —, enquanto os de maior média etária se encontravam no Metropolitano Delta do Jacuí (39,7 anos). Em 1999, este último Corede permanecia como o de maior média etária (42,1 anos), enquanto os trabalhadores de menor média etária eram encontrados no Hortênsias, com média de 38,2 anos.

No que diz respeito à condição de escolaridade dos trabalhadores formais nos diferentes Coredes, verifica-se que o período 1989-99 foi marcado pela diminuição da participação dos menos escolarizados (até fundamental incompleto), devido à retração mais acentuada ou ao menor aumento de postos

⁸ Na faixa de 10 a 17 anos, houve queda do número de trabalhadores em todos os Coredes. Já na faixa de 18 a 24 anos, em sete Coredes (Paranhana, Vale do Taquari, Vale do Caí, Litoral, Produção, Norte e Médio Alto Uruguai), registrou-se pequena elevação do contingente formalmente empregado.

⁹ Deve-se destacar que, nos Coredes Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí, Sul, Campanha, Fronteira Oeste e Centro-Sul, houve retração do emprego na faixa de 25 a 39 anos.

de trabalho nessa faixa, e o conseqüente aumento da participação dos demais. Ao final do período, registrava-se, em todas as regiões, elevação da escolaridade média dos trabalhadores, expressa através do número médio de anos de estudo.

No ano de 1989, excetuando-se o Corede Metropolitano Delta do Jacuí, todos os demais contavam com trabalhadores cuja escolaridade média era inferior ao ensino fundamental completo (oito anos de estudo). Em 1999, em que pese a evolução positiva da escolaridade média em todos os Coredes, somente em nove deles (Alto Jacuí, Campanha, Central, Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Noroeste Colonial e Produção) a escolaridade média dos trabalhadores atingia, no mínimo, oito anos de estudo, a exemplo do que ocorreu para o agregado do Estado.

O Noroeste Colonial foi, dentre todos os Coredes, o que apresentou melhor evolução, com um acréscimo de 1,5 ano de estudo, o que fez com que a escolaridade média de seus trabalhadores passasse de 6,7 anos em 1989 para 8,2 anos em 1999. No extremo oposto, estava o Médio Alto Uruguai, com o menor avanço na escolaridade média de seus trabalhadores (0,7 ano), passando de 7,6 para 8,3 anos de estudo, em média, entre 1989 e 1999. Observe-se, contudo, que, apesar do pequeno acréscimo no número de anos de estudo de seus trabalhadores, esta última região se manteve, ao longo de todo o período, entre aquelas que se destacavam por ter escolaridade superior à média do Estado.

Além das duas regiões citadas anteriormente, outras duas também merecem destaque: o Metropolitano Delta do Jacuí e o Paranhana. A primeira foi a que contou sempre com os trabalhadores mais escolarizados — médias de 8,4 e 9,6 anos de estudo em 1989 e 1999 respectivamente. A outra (Paranhana) foi a que deteve, ao longo de todo o período, os trabalhadores menos escolarizados, com médias de 5,0 anos de estudo em 1989 e 6,1 anos de estudo em 1999.

A análise setorial da evolução da escolaridade mostra, também, em todos os Coredes, diminuição da participação dos menos escolarizados e aumento dos demais, sendo atingida, ao final do período, uma melhoria do nível de escolaridade dos trabalhadores.

A indústria de transformação foi o setor que, ao longo de todo o período, contou com os trabalhadores com menores níveis de escolaridade. Em 1989, a escolaridade média, em todas as regiões, era inferior ao ensino fundamental completo, ficando o número médio de anos de estudo compreendido entre 4,5 anos nos Coredes Litoral e Paranhana e 6,5 anos no Metropolitano Delta do Jacuí. Em 1999, em que pese o avanço da média de anos de estudo verificado em todas as regiões, apenas os trabalhadores do Metropolitano Delta do Jacuí ultrapassaram a barreira do ensino fundamental completo, com média de 8,2 anos de estudos.

No comércio, em 1989, em todas as regiões, a escolaridade média dos trabalhadores era inferior ao ensino fundamental completo. Nesse ano, os

Coredes Hortênsias (5,7 anos de estudo) e Norte (7,4 anos de estudo) registravam a pior e a melhor condição de escolaridade dos trabalhadores desse setor respectivamente. Ao final do período, a evolução positiva da escolaridade, nesse setor, em todas as regiões, fez com que, em 11 delas (Campanha, Central, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte e Produção), os trabalhadores já contassem com uma média de anos de estudo equivalente ao ensino fundamental completo e, nas demais, estivessem próximos de atingir esse patamar de escolaridade. Em 1999, o número médio de anos de estudo dos trabalhadores do comércio oscilou entre 6,6 anos no Paranhana e 8,4 anos na Campanha e no Fronteira Noroeste.

Em serviços, no qual, já em 1989, na maior parte das regiões, a média de anos de estudo ficava bastante próxima da conclusão do ensino fundamental, a evolução positiva da escolaridade garantiu que, ao final do período, em praticamente todas elas, os trabalhadores contassem com média de anos de estudo equivalente ao ensino fundamental completo. Em 1999, em apenas três Coredes, a escolaridade dos trabalhadores estava um pouco abaixo desse patamar: no Centro-Sul, no Hortênsias e no Paranhana, que registraram médias de 7,5,7,6 e 7,9 anos de estudo respectivamente. Nesse mesmo ano, o melhor nível de escolaridade do setor ficou com os trabalhadores do Alto Jacuí, com 10,2 anos de estudo.

A administração pública foi o setor que, em todos os Coredes, registrou as maiores médias de anos de estudo. Em 1989, o Corede Metropolitano Delta do Jacuí contava com os trabalhadores com melhor nível de escolaridade do setor — 11,4 anos de estudo —, ficando os menos escolarizados no Noroeste Colonial, com 6,9 anos de estudo. Em 1999, graças ao avanço generalizado da escolaridade nesse setor, todas as regiões contavam com trabalhadores que haviam pelo menos concluído o ensino fundamental. Nesse ano, os trabalhadores do Metropolitano Delta do Jacuí, ainda que tenham se mantido com praticamente o mesmo número de anos de estudo do início do período, permaneceram na liderança, com 11,5 anos de estudo; no extremo oposto, encontravam-se os trabalhadores do Corede Centro-Sul, com 8,0 anos de estudo.

3 - Considerações finais

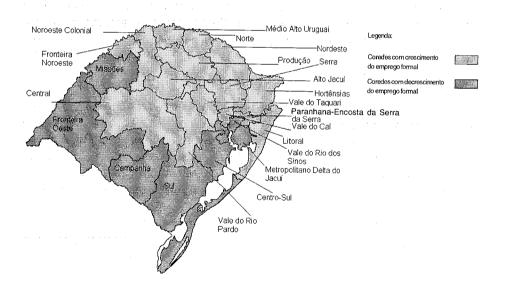
Os dados aqui apresentados, ainda que restritos a apenas uma parcela do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, permitem identificar a diversidade de comportamentos dos mercados de trabalho das regiões do Estado.

Uma constatação importante é a que diz respeito aos diferentes sentido e intensidade da variação do emprego: enquanto, no total do Estado, a variação

do emprego foi de -3,4%, algumas regiões experimentaram também retração de contingente — na maior parte das vezes, em maior intensidade do que o agregado —, enquanto em outras houve expansão do contingente formalmente empregado. Ao se espacializarem esses resultados, observa-se que os Coredes com variação positiva do emprego formam uma "mancha" contínua localizada no Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul, conforme aparece no Mapa 1. Entre os Coredes com variação negativa do emprego, estão o Metropolitano Delta do Jacuí, o Vale do Rio dos Sinos e o Sul, que, por sua elevada participação na distribuição do emprego estadual, foram, em larga medida, responsáveis pelo desempenho negativo do emprego estadual.

Mapa 1

Evolução do emprego formal nos Coredes — 1989-99



FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1989-1999.

Em relação aos atributos dos trabalhadores — sexo, idade e escolaridade —, ainda que, em linhas gerais, tenha-se identificado o mesmo tipo de comportamento em todas as regiões, isto é, crescimento da participação feminina, aumento da média de anos de estudo e elevação da média etária dos trabalhadores, deve-se destacar a intensidade diferenciada desses movimentos, marcando, uma vez mais, a diversidade de comportamento presente nos Coredes.

Tais evidências deixam clara a necessidade e a importância de que se avance no conhecimento das especificidades que condicionam os diferentes comportamentos regionais, reforçando a conviccão de que a análise não deve se basear estritamente em dados secundário

Nesse sentido, a próxima etapa do projeto desenvolvido pelo NET-FEE deverá contemplar pesquisa de campo em quatro regiões selecionadas.

Bibliografia

BASTOS, Raul Luís A. Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 137-180, 2000.

BASTOS, Raul Luís A. Produto e emprego nas regiões do Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma abordagem exploratória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 245-271, 2002.

JORNADA, Maria Isabel H. Escolaridade e rendimentos no mercado formal de trabalho no RS, nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 30, n. 1, 2002.

JORNADA, Maria Isabel H. Rendimentos no mercado formal no RS e em suas regiões. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 228-249, 2001.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O emprego formal no Corede Vale do Rio dos Sinos: uma trajetória marcada pela forte retração do emprego industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 248-283, 2000.

STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H. da; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. O emprego formal no RS nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 209-248, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio (org). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Dez anos de emprego formal no Rio Grande do Sul – uma seleção de indicadores da RAIS. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 47-69, 1998.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F.; STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H. Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 62-93, 2000.